



GÊNERO E SEXUALIDADE NOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Andressa Barbosa Comiotto¹

Bianca Salazar Guizzo²

Resumo

Este trabalho é um recorte de um projeto maior de pesquisa, intitulado “Lugares e Sentidos das Ações Pedagógicas relacionadas ao respeito às diversidades de gênero e sexualidade na Educação Básica”. A partir das contribuições dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero de viés pós-estruturalista, nesse trabalho em específico o principal objetivo é apresentar e discutir o que vem sendo proposto (ou não) sobre as questões de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação (2001-2010). Para isso, inicialmente, foram realizadas pesquisas bibliográficas, bem como uma análise atenta no referido documento. Os primeiros resultados obtidos apontaram que houve a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, documento este que se constitui como organizador e norteador das políticas e práticas educacionais nas instituições de Educação Básica. Apesar de esta inclusão sobre questões de gênero e sexualidade estarem expostas no referido documento, percebe-se que na prática estas temáticas ainda são pouco trabalhadas no cotidiano escolar. No entanto, é de extrema relevância que este debate extrapole os limites do campo teórico, para que possamos ter uma experiência destas temáticas em sala de aula.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação, Gênero, Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte advindo de um projeto maior de pesquisa, cujo título é “Lugares e Sentidos das Ações Pedagógicas relacionadas ao respeito às diversidades de gênero e sexualidade na Educação Básica”. A partir das contribuições dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero de viés pós-estruturalista, nesse trabalho em específico o principal objetivo é apresentar e discutir o que vem sendo proposto (ou não) sobre as questões de gênero e sexualidade nos Planos Nacionais de Educação. Neste trabalho foi escolhido para análise o Plano Nacional de Educação referente aos anos de 2001-2010. Inicialmente, foram feitas pesquisas bibliográficas no âmbito teórico da pesquisa, bem como uma leitura atenta do referido documento que serviu de base para as discussões que aqui serão apresentadas.

Antes de determo-nos a analisar o documento em específico, é importante mostrar o modo como serão abordados alguns termos centrais deste trabalho, dentre os quais

1 Aluna do curso de História – Bolsista PROBIC/FAPERGS – andressasqn@gmail.com

2 Professora e pesquisadora do PPGEDU – bguizzo_1@hotmail.com

destacamos gênero e sexualidade, para que possamos ter uma discussão ampla e efetiva acerca do tema que está sendo proposto.

Seguindo a linha teórica dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero de viés pós-estruturalista, Joan Scott (1995) traz importantes considerações sobre o conceito de gênero. Para ela, gênero é algo que não deve ser ligado somente ao determinismo biológico. Nas décadas de 1950 e 1960 se intensifica a noção de que não se nasce homem ou mulher, mas que são ensinados modos para que os sujeitos se moldem de acordo com este ou aquele gênero. Scott (*Idem*) também dá relevância para a relação existente entre homens e mulheres. Nesse sentido, argumenta que:

(...) “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens (...). Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT,1995, p.75, destaque da autora)

A partir desse entendimento, gênero contrapõe-se às concepções pautadas em uma essencialização (feminina ou masculina) naturalizada e universal, mas pode ser pensado como um processo de construção histórica e social, através do qual os sujeitos são ensinados e moldados de acordo com seu sexo.

Não só gênero, mas também o conceito de sexualidade deve ser pensado para além das ideias vistas como algo essencial ou naturalmente dado. Para Louro (1997), não é negada a biologia, mas se enfatiza que a construção histórica e social é produzida sobre as características biológicas dos sujeitos.

Talvez pelo fato de a sexualidade ter como suporte um corpo biológico, ela ainda tem sido vista como algo que é “inato” e “bastante natural” aos seres humanos. Foucault (1988) traz relevantes contribuições sobre a compreensão da complexa relação entre corpo, sexualidade e cultura. Segundo ele, ainda no século XIX, a sociedade moderna tentou reduzi-la à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta. Em função disso, outras formas de exercer a sexualidade que fugiam das regras heterossexuais e meramente reprodutivas passaram a ser consideradas como “anormais” e/ou “periféricas”. Entretanto, não podemos deixar de considerar que a sexualidade dita “normal” e “regular” só é estabelecida a partir dessas outras sexualidades tomadas como “anormais” e/ou “periféricas”.

Cabe destacar ainda que as significações que os conceitos de gênero e sexualidade possuem são construções sociais, históricas e culturais, construções estas que são feitas em tempos e espaços específicos, ou seja, eles não possuem significados naturais e estáveis em si mesmos.

Após esta breve explanação dos conceitos norteadores do trabalho, iremos nos deter aos resultados e discussões que foram empreendidos ao longo da análise do documento que serviu de base para o debate aqui trazido, qual seja, o Plano Nacional de Educação referente aos anos de 2001-2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2001 um importante documento para o campo da Educação Básica tornou-se pauta de relevantes discussões: o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001) que estabelecia objetivos e metas a serem alcançados nas diferentes etapas da Educação Básica. Neste PNE foram trazidas importantes informações sobre a promoção de uma sociedade menos desigual no que diz respeito a gênero e sexualidade. Dentre os objetivos e metas para o Ensino Fundamental que deveriam ser alcançados estava “manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério da Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das *questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro ou do índio*” (Brasil 2001, p.20, destaques nossos). Nos objetivos e metas para o Ensino Superior incluía-se a necessidade de se debater nos cursos de formação de professores temas como gênero e educação sexual, articulados a noções de justiça e de respeito mútuo. Entretanto, esse PNE cujo fim deu-se em 2011, não foi colocado em prática de forma efetiva, ou seja, muitos de seus objetivos e metas não foram atingidos de forma ampla.

Apesar de o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001) ter incluído as temáticas de gênero e sexualidade em sua programação, é importante destacar que as ações desenvolvidas pelo projeto, de uma forma geral, não foram colocadas em prática nas instituições de ensino.

Em função da pouca praticidade do referido PNE (Lei 10.172/2001), é que o Plano Nacional de Educação atual (PNE/Lei 13.005/2014) foi construído de forma mais enxuta com o objetivo de ser realmente efetivo. Contudo, em função disso, no atual PNE as questões de gênero e sexualidade sequer foram citadas. Essa falta de menção das temáticas de gênero e

sexualidade no atual PNE é de considerável preocupação, pois estes conceitos merecem ser debatidos e trabalhados dentro do âmbito escolar, pois no contexto atual da Educação Básica há uma diversidade muito ampla de sujeitos que circulam dentro da sala de aula, o que torna ainda mais necessária a discussão destas temáticas, evitando assim a prática de preconceitos referentes à orientação sexual e às questões de gênero.

CONCLUSÕES

Como procuramos demonstrar ao longo do trabalho, é possível perceber que nas últimas décadas tem havido a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade em documentos que deveriam pautar aquilo que é desenvolvido nas escolas. Ter essas temáticas incluídas em documentos oficiais legais é importante politicamente, mas ainda não é suficiente para que sejam efetivamente trabalhadas e discutidas nas instituições de ensino. É nesse sentido que documentos como o Plano Nacional de Educação devem se tornar meios efetivos de inserção das temáticas de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Vale ressaltar ainda que seria preciso haver uma mobilização por parte dos órgãos governamentais, para que se formem políticas públicas que efetivem estes debates dentro do ambiente escolar. Se não houver projetos e programas que cumpram esse papel educativo e formador acerca das questões de gênero e sexualidade, haverá poucas possibilidades de – por meio da educação – contribuirmos para a formação de sujeitos que saibam lidar com as diferenças que se articulam a gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

FOUCAULT, Michael. *História da Sexualidade I: o uso dos prazeres*. 14 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.